

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763
Preferenciais	0
Total	4.763
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	12/04/2018	Ordinária		0,98508
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	12/04/2018	Ordinária		19,73063
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	12/04/2018	Ordinária		2,10045
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	12/04/2018	Ordinária		2,11116
Assembléia Geral Extraordinária	29/06/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2018	Ordinária		0,98373
Assembléia Geral Extraordinária	28/09/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2018	Ordinária		0,66692

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.578.467	971.340
1.01	Ativo Circulante	887.308	114.649
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	513.685	83.020
1.01.03	Contas a Receber	24.562	21.773
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.562	21.773
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.732	7.635
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.732	7.635
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	23.732	7.635
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.392	992
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.278	883
1.01.07.02	Adiantamentos a Fornecedores	114	109
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	323.937	1.229
1.01.08.03	Outros	323.937	1.229
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	322.872	209
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.065	1.020
1.02	Ativo Não Circulante	691.159	856.691
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.841	354.422
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.037	5.859
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.037	5.859
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	25	10
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	101.003	332.924
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	101.003	332.924
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	776	15.629
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	776	858
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	0	14.771
1.02.03	Imobilizado	3.387	2.483
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.387	2.483
1.02.04	Intangível	584.931	499.786
1.02.04.01	Intangíveis	584.931	499.786
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	584.931	499.786

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.578.467	971.340
2.01	Passivo Circulante	205.363	353.194
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.915	4.497
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.915	4.497
2.01.02	Fornecedores	35.566	17.393
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.566	17.393
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	26.685	11.623
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	8.881	5.770
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.044	18.935
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.297	16.850
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.535	13.837
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	4.969	2.717
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	793	296
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.747	2.085
2.01.03.03.01	ISS	2.747	2.085
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	85.642	262.655
2.01.04.02	Debêntures	85.642	262.655
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	85.642	262.655
2.01.05	Outras Obrigações	34.212	21.185
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.815	1.466
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	730	21
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.085	1.445
2.01.05.02	Outros	32.397	19.719
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20.380	8.547
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	9.492	9.044
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.525	2.128
2.01.06	Provisões	21.984	28.529
2.01.06.02	Outras Provisões	21.984	28.529
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	21.984	28.529
2.02	Passivo Não Circulante	1.144.908	353.922
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.133.762	325.903
2.02.01.02	Debêntures	1.133.762	325.903
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	1.133.762	325.903
2.02.02	Outras Obrigações	2.934	8.645
2.02.02.02	Outros	2.934	8.645
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	2.934	8.645
2.02.04	Provisões	8.212	19.374
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.051	4.261
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.560	2.360
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.491	1.901
2.02.04.02	Outras Provisões	4.161	15.113
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	4.161	15.113
2.03	Patrimônio Líquido	228.196	264.224
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	98.571	134.599
2.03.04.01	Reserva Legal	25.925	25.925

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	72.646	108.674

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.888	418.576	122.981	342.956
3.01.01	Receita dos Serviços	164.888	418.576	122.981	342.956
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-102.770	-256.393	-46.968	-137.119
3.02.01	Custos dos Serviços	-102.770	-256.393	-46.968	-137.119
3.03	Resultado Bruto	62.118	162.183	76.013	205.837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.165	-20.234	-7.589	-19.980
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.230	-20.509	-7.609	-20.092
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-6.760	-19.029	-7.144	-18.612
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-470	-1.480	-465	-1.480
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	65	275	20	112
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	65	275	20	112
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	54.953	141.949	68.424	185.857
3.06	Resultado Financeiro	-6.415	-19.353	-5.316	-16.740
3.06.01	Receitas Financeiras	21.659	40.984	16.405	57.702
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.074	-60.337	-21.721	-74.442
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	48.538	122.596	63.108	169.117
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.346	-37.739	-20.346	-54.140
3.08.01	Corrente	-13.767	-32.917	-17.760	-47.633
3.08.02	Diferido	-1.579	-4.822	-2.586	-6.507
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.192	84.857	42.762	114.977
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.192	84.857	42.762	114.977
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	6,96872	17,81590	9,82518	26,41762
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	6,96872	17,81590	9,82518	26,41762

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	33.192	84.857	42.762	114.977
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.192	84.857	42.762	114.977

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	203.515	183.689
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	215.786	189.750
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	84.857	114.977
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	38.284	27.801
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	52	3.440
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	1.217	437
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-22.183	-52.554
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	53.166	65.769
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	1.530	3.498
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	638	1.437
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	53.403	18.438
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.822	6.507
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.271	-6.061
6.01.02.02	Contas à Receber	-2.789	-2.821
6.01.02.03	Outros Créditos	-45	-5.211
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-1.326	-1.465
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-410	640
6.01.02.06	Fornecedores	1.432	-4.052
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	182	81
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	396	430
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.418	1.075
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	19.670	43.287
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-26.978	-37.321
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	-3.078	348
6.01.02.13	Credores pela Concessão	25	17
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-848	-782
6.01.02.15	Depósitos judiciais	82	-232
6.01.02.18	Contas a receber - partes relacionadas	-2	-55
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-167.358	-93.155
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.312	-539
6.02.02	Aquisição de Intangível	-166.046	-92.616
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	394.508	-98.920
6.03.04	Captação de Debêntures	800.000	0
6.03.05	Pagamento de Principal de Debêntures	-204.000	-198.000
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-15.883	-60.435
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-98.674	-67.535
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-8.546	-4.602
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-6.505	-6.348
6.03.10	Captação de Empréstimos Empresas Ligadas	-100.000	0
6.03.11	Recebimento de Principal - Empresas Ligadas	22.796	115.965
6.03.12	Recebimento de Juros - Empresas Ligadas	5.320	122.035
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	430.665	-8.386
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.020	76.312
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	513.685	67.926

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-108.674	-12.211	0	-120.886
5.04.06	Dividendos	0	0	-98.674	0	0	-98.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.211	0	-12.212
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	-10.000	0	0	-10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.857	0	84.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.857	0	84.858
5.07	Saldos Finais	129.625	0	25.925	72.646	0	228.196

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.261	-39.881	0	-77.142
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.261	-30.273	0	-67.534
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.608	0	-9.608
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	114.977	0	114.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	114.977	0	114.977
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	75.096	0	204.879

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	447.258	371.122
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	319.677	315.794
7.01.02	Outras Receitas	127.581	55.328
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	122.035	49.719
7.01.02.02	Receitas Acessórias	5.546	5.609
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-211.752	-103.598
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.864	-15.365
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.073	-9.418
7.02.04	Outros	-185.815	-78.815
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-122.035	-49.719
7.02.04.02	Custo da Concessão	-7.447	-7.379
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-53.403	-18.438
7.02.04.04	Outros	-2.930	-3.279
7.03	Valor Adicionado Bruto	235.506	267.524
7.04	Retenções	-38.284	-27.801
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.284	-27.801
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	197.222	239.723
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.022	57.869
7.06.02	Receitas Financeiras	40.984	57.702
7.06.03	Outros	1.038	167
7.06.03.01	Juros capitalizados	1.038	167
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	239.244	297.592
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	239.244	297.592
7.08.01	Pessoal	25.670	24.610
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.616	19.584
7.08.01.02	Benefícios	3.778	3.789
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.276	1.237
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	68.524	85.049
7.08.02.01	Federais	52.249	68.975
7.08.02.02	Estaduais	2	2
7.08.02.03	Municipais	16.273	16.072
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.193	72.956
7.08.03.01	Juros	53.166	65.770
7.08.03.02	Aluguéis	1.148	1.161
7.08.03.03	Outras	5.879	6.025
7.08.03.03.01	Outras remunerações	4.841	5.858
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	1.038	167
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.857	114.977
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.211	5.577
7.08.04.02	Dividendos	0	30.273
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.646	79.127

Comentário do Desempenho

Intervias



Araras, 13 de novembro de 2018 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado do terceiro trimestre de 2018, período encerrado em 30 de setembro de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 3T18 foi de 15,9 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento quando comparado ao 2T18. Essa melhora é justificada retomada da economia após a greve dos caminhoneiros ocorrida no final de maio de 2018 impactando principalmente o tráfego de veículos pesados.
- Em relação ao mesmo período do ano anterior houve redução de 4,0%, refletindo isenção da cobrança de eixos suspensos determinada pela Artesp, resultado da negociação do governo do estado com os caminhoneiros.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T18 de R\$ 174,9 milhões, apresentando um aumento de R\$ 41,9 milhões ou 31,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O principal motivo foi o crescimento de 221,0% ou R\$ 41,0 milhões em Receitas de Obras devido a duplicação da SP-147. A Receita de Pedágio aumentou em 0,7% devido ao reajuste de 2,85% das tarifas de pedágio ocorrido em julho/18.
- Quando comparada ao 2T18, a Companhia apresentou um aumento de R\$ 27,4 milhões ou 18,6%, justificado pelo aumento da Receita de Obras. A Receita de pedágio, apresentou aumento de 10,9%, devido ao aumento do tráfego e tarifa, conforme comentado acima.

Custos e Despesas Operacionais:

Comentário do Desempenho

- Os custos e despesas totais no 3T18 (excluído depreciação e amortização) aumentaram R\$ 51,6 milhões ou 114,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido a: (i) provisão de manutenção devido obras de sinalização, fiscalização e 3ª intervenção; (ii) custo de obra em função da obra de duplicação da SP 147; (iii) custos dos serviços prestados, refletindo maiores custos com serviços de terceiros e conserva de rotina tais como serviço de roçada e limpeza de faixa de domínio.
- Em relação ao 2T18, os custos e despesas aumentaram R\$ 7,7 milhões ou 8,6%, devido principalmente pelo custo de construção e custos dos serviços prestados, refletindo maiores custos com serviços de terceiros e conserva de rotina como já mencionado acima.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- Em relação ao 3T17, o EBITDA no 3T18 diminuiu 12,5% em função do aumento dos custos de manutenção, resultado da revisão do cronograma de obras. O EBITDA ajustado apresentou um declínio de 0,4%.
- Em relação ao 2T18, o EBITDA apresentou um aumento de 37,9% em função da redução da provisão de manutenção e aumento da receita de pedágio. Já o EBITDA ajustado aumentou em 11,4% influenciado principalmente pelo aumento da receita de pedágio.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 6,4 milhões, apresentando melhora de 10,4% em relação ao último trimestre. O resultado positivo na comparação com o 2T18 se deve principalmente ao aumento da receita financeira sobre aplicações financeiras e reconhecimento de atualização monetária sobre créditos fiscais. Em contrapartida houve aumento nas despesas com juros devido principalmente à 5ª emissão de debêntures ocorrida em maio de 2018.
- Em relação ao 3T17, houve piora de 20,7% no resultado devido a 5ª emissão de Debêntures.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$ 33,1 milhões no 3T18, apresentando uma redução de 22,4% quando comparado ao 3T17. O principal fator que influenciou essa redução foi maiores custos com manutenção, maiores custos com serviços terceirizados e aumento dos custos com amortização do intangível ocasionado pela conclusão das obras da SP-147.

Comentário do Desempenho

- Em relação ao 2T18, houve um aumento de 60,9% em razão da variação observada na receita de pedágio e redução dos custos com provisão de manutenção.

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 3T18 com um endividamento bruto de R\$ 1,2 bilhão, o mesmo valor referente ao trimestre anterior. Na comparação com o 3T17 houve acréscimo de R\$ 570 milhões refletindo a 5ª emissão de debêntures realizada em junho de 2018.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$ 581,7 milhões no 3T17 para R\$ 705,7 milhões no 3T18, o aumento representado é decorrente da 5ª emissão de Debêntures ocorrida no final do trimestre passado.

Investimentos:

- Foram investidos R\$90,1 milhões no 3T18 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$75,9 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento da rodovia SP 147 no Km 41+360 ao km 60+700, Km 0+46, e 162 ao km185; Foram realizados serviços de revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), fiscalização de obras de toda a malha rodoviária; Obras do contorno de Araras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T18	2T18	3T17	Var% 3T18/2T18	Var% 3T18/3T17
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	15.921	14.875	16.577	7,0%	-4,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
	3T18	2T18	3T17	3T18/2T18	3T18/3T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	174.965	147.568	132.968	18,6%	31,6%
Receitas de pedágio	113.481	102.360	112.649	10,9%	0,7%
Receitas de obras	59.615	43.512	18.573	37,0%	221,0%
Receitas acessórias	1.869	1.696	1.746	10,2%	7,0%
			-		-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.077)	(9.108)	(9.987)	10,6%	0,9%
			-		-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	164.888	138.460	122.981	19,1%	34,1%
			-		-
CUSTOS E DESPESAS	(96.822)	(89.118)	(45.233)	8,6%	114,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.543)	(14.070)	(13.909)	10,5%	11,7%
Custo dos serv. de construção	(59.615)	(43.512)	(18.573)	37,0%	221,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.621)	(6.198)	(7.032)	6,8%	-5,8%
Remuneração da administração	(470)	(615)	(465)	-23,6%	1,1%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(14.638)	(24.913)	(5.274)	-41,2%	177,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	65	190	20	-65,8%	225,0%
			-		-
EBITDA	68.066	49.342	77.748	37,9%	-12,5%
Margem EBITDA	41,3%	35,6%	63,2%	15,8%	-34,7%
			-		-
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(13.113)	(12.742)	(9.324)	2,9%	40,6%
Depreciação de imobilizado	(139)	(126)	(112)	10,3%	24,1%
Amortização do intangível	(12.974)	(12.616)	(9.212)	2,8%	40,8%
			-		-
RESULTADO FINANCEIRO	(6.415)	(7.156)	(5.316)	-10,4%	20,7%
Receitas financeiras	21.659	10.659	16.405	103,2%	32,0%
Despesas financeiras	(28.074)	(17.815)	(21.721)	57,6%	29,2%
			-		-
LUCRO ANTES DOS EFBTOS TRIBUTÁRIOS	48.538	29.444	63.108	64,8%	-23,1%
			-		-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.346)	(8.810)	(20.346)	74,2%	-24,6%
Corrente	(13.767)	(5.999)	(17.760)	129,5%	-22,5%
Diferido	(1.579)	(2.811)	(2.586)	-43,8%	-38,9%
			-		-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	33.192	20.634	42.762	60,9%	-22,4%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	3T18	2T18	3T17	Var%	3T18/3T17
EBITDA ¹	68.066	49.342	77.748	37,9%	-12,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	14.638	24.913	5.274	-41,2%	177,6%
			-		-
EBITDA Ajustado ²	82.704	74.255	83.022	11,4%	-0,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre e Período de nove Meses Findos em 30 de setembro de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2018.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2018, o montante de R\$260.613 (R\$378.399 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$64.021 (R\$64.740 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$65.380 (R\$ 20.026 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	83.020	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	21.773	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	333.133	Custo amortizado
Outros Créditos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.878	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	588.558	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	17.393	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	10.013	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	17.689	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.125	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	2.642	2.581
Aplicações financeiras (*)	<u>511.043</u>	<u>80.439</u>
Total	<u><u>513.685</u></u>	<u><u>83.020</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimentos, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	23.505	20.968
Cupons de pedágio a receber	306	201
Cartões de pedágio a receber	617	517
Receitas acessórias a receber	132	87
Outras receitas a receber	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>24.562</u></u>	<u><u>21.773</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>30.09.2018</u>		<u>30.09.2017</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.538	122.596	63.108	169.117
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.503)	(41.683)	(21.457)	(57.500)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	2.673	4.152	1.219	3.267
Outras diferenças permanentes	<u>(1.516)</u>	<u>(208)</u>	<u>(108)</u>	<u>93</u>
Total	<u><u>(15.346)</u></u>	<u><u>(37.739)</u></u>	<u><u>(20.346)</u></u>	<u><u>(54.140)</u></u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(13.767)	(32.917)	(17.760)	(47.633)
Diferido	<u>(1.579)</u>	<u>(4.822)</u>	<u>(2.586)</u>	<u>(6.507)</u>
	<u><u>(15.346)</u></u>	<u><u>(37.739)</u></u>	<u><u>(20.346)</u></u>	<u><u>(54.140)</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.420	1.384
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (a)	4.051	4.261
Outras provisões	3.610	2.941
Provisão para manutenção de rodovias	26.145	43.642
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>35.226</u>	<u>52.228</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>11.977</u>	<u>17.758</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(12.229)	(13.212)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(3.306)	(3.810)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	<u>6.674</u>	<u>5.340</u>
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>(32.175)</u>	<u>(34.996)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(10.940)</u>	<u>(11.899)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>1.037</u>	<u>5.859</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	1.861
2019	7.442
2020	331
2021	331
2022	331
Após 2022	1.681
	<u>11.977</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2017	6.249	-	-	6.249
Adições	-	725	587	1.312
Transferências/reclassificações	(4.385)	4.385	-	-
Alienações/baixas	-	-	(49)	(49)
Saldo em 30.09.2018	<u>1.864</u>	<u>5.110</u>	<u>538</u>	<u>7.512</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2017	(3.766)	-	-	(3.766)
Depreciações	(232)	(40)	(87)	(359)
Transferências/reclassificações	2.833	(2.833)	-	-
Saldo em 30.09.2018	<u>(1.165)</u>	<u>(2.873)</u>	<u>(87)</u>	<u>(4.125)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2017	2.483	-	-	2.483
Saldo em 30.09.2018	699	2.237	451	3.387
Taxas de depreciação - a.a.	4%	8%	9%	

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>		
Saldo em 31.12.2016	5.783	5.783
Adições	539	539
Transferências/reclassificações	(55)	(55)
Alienações/baixas	(89)	(89)
Saldo em 30.09.2017	<u>6.178</u>	<u>6.178</u>
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 31.12.2016	(3.439)	(3.439)
Depreciações	(305)	(305)
Transferências/reclassificações	90	90
Saldo em 30.09.2017	<u>(3.654)</u>	<u>(3.654)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>		
Saldo em 31.12.2016	2.344	2.344
Saldo em 30.09.2017	2.524	2.524
Taxas de depreciação - a.a.	10%	

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2017	898.291	28.434	60.152	3.206	5.165	995.248
Adições	34.710	-	-	245	88.118	123.073
Transferências/reclassificações	3.021	-	-	-	(3.021)	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 30.09.2018	936.019	28.434	60.152	3.451	90.262	1.118.318
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(437.574)	(17.577)	(39.096)	(1.215)	-	(495.462)
Amortizações	(35.566)	(618)	(1.578)	(163)	-	(37.925)
Saldo em 30.09.2018	(473.140)	(18.195)	(40.674)	(1.378)	-	(533.387)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	460.717	10.857	21.056	1.991	5.165	499.786
Saldo em 30.09.2018	462.879	10.239	19.478	2.073	90.262	584.931
Taxas de amortização - a.a.	5%	4%	3%	6%		

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2016	764.089	28.434	60.152	3.026	73.817	929.518
Adições	32.495	-	-	158	17.010	49.663
Transferências/reclassificações	55	-	-	-	-	55
Alienações/baixas	(3.440)	-	-	-	-	(3.440)
Saldo em 30.09.2017	793.199	28.434	60.152	3.184	90.827	975.796
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(402.173)	(16.751)	(36.991)	(1.025)	-	(456.940)
Amortizações	(25.157)	(619)	(1.578)	(142)	-	(27.496)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 30.09.2017	(427.331)	(17.370)	(38.569)	(1.167)	-	(484.437)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	361.916	11.683	23.161	2.001	73.817	472.578
Saldo em 30.09.2017	365.868	11.064	21.583	2.017	90.827	491.359
Taxas de amortização - a.a.	6%	3%	5%	6%		

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.038 (R\$167 em 30 de setembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2018 foi de 0,35% a.a. e 0,08% a.a. em 2017.

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	30.09.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	87.189	1.136.876	263.424	326.319
Custo de transação	(1.547)	(3.114)	(769)	(416)
Total	<u>85.642</u>	<u>1.133.762</u>	<u>262.655</u>	<u>325.903</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2018	31.12.2017
3º emissão	60.000	CDI+1,09%a.a.	set/18 (*)	-	208.501
4º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	103.417	101.678
4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	301.016	279.564
5º Emissao - 4º série	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	130.560	-
5º Emissao - 1º Serie	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	204.168	-
5º Emissao - 2º Serie	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	195.419	-
5º Emissao - 3º Serie	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	289.485	-
				<u>1.224.065</u>	<u>589.743</u>

(*) Em junho de 2018, a Sociedade resgatou as debêntures da 3º emissão.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3º emissão	23.09.2013	600.000	10	07.10.2013	601.805
4º emissão - 1º série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4º emissão - 2º série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
5º Emissao - 4º série	15.05.2018	126.010	1	11.06.2018	126.010
5º Emissao - 1º série	15.05.2018	200.000	1	11.06.2018	200.000
5º Emissao - 2º série	15.05.2018	191.777	1	11.06.2018	191.777
5º Emissao - 3º série	15.05.2018	282.813	1	11.06.2018	282.813
		<u>1.775.600</u>			<u>1.780.045</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Em 30 de setembro de 2018, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	363.234
2020	260.051
2021	53.497
2022	145.963
Após 2022	<u>314.131</u>
	<u><u>1.136.876</u></u>

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	322.662	-
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	54
Arteris Participações (a)	-	2
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (b)	26	-
Centrovias S.A. (b)	184	135
Vianorte S.A. (b)	-	18
Total	<u>322.872</u>	<u>209</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A (e)	-	9.225
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	101.003	323.699
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Total	<u>101.003</u>	<u>332.924</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.085	1.445
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	-	2
Vianorte S.A. (b)	1	-
Flumiense S.A. (b)	-	15
Régis Bittencourt S.A. (b)	-	4
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	729	-
	<u>1.815</u>	<u>1.466</u>
<u>Controladora</u>		
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (f)	5.097	-
Arteris Participações S.A. (f)	4.903	-
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A. (g)	5.294	4.359
Arteris Participações S.A. (g)	5.086	4.188
Total	<u>20.380</u>	<u>8.547</u>
Total	<u>22.195</u>	<u>10.013</u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2018			30.09.2017		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	22.183	(11.448)	-	52.554	(10.431)
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(5.254)	-	-	(10.897)	-	-
Total	(5.254)	22.183	(11.448)	(10.897)	52.554	(10.431)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2018			30.09.2017		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	8.158	(3.977)	-	15.688	(3.751)
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(1.797)	-	-	(3.748)	-	-
Total	(1.797)	8.158	(3.977)	(3.748)	15.688	(3.751)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a despesas administrativas de outras empresas do grupo Arteris pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se a 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de junho de 2019, conforme prorrogação de junho de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	25.09.2019	CDI + 2,0% a.a.	226.410	96.252	240.000	83.699
02.08.2018	02.08.2021	CDI+1,2%	100.000	1.003	-	-
			326.410	97.255	240.000	83.699

- (e) Contrato de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,40% ao ano com vencimento de juro e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.02.2015	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	-	-	9.225	-

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

- (f) Saldo a pagar da distribuição de dividendos conforme nota explicativa 16.b.
- (g) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 16.b.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$3.318 (R\$9.034 em 30 de setembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$292 e R\$586 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$179 e R\$894 respectivamente relativo ao rateio da "Holding", que totalizam R\$471 e R\$ 1.480 (R\$465 e R\$1.480, respectivamente, em 30 de setembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$1.420 e R\$1.384, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda	9.345	9.595
Contribuição social	3.666	3.668
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	524	574
Programa de integração social - PIS	767	439
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.202	2.278
Tributos federais retidos	793	296
Impostos sobre serviços - ISS	2.747	2.085
Total	<u>22.044</u>	<u>18.935</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante				
Direito de outorga	8.786	8.362	9.022	8.586
Parcela variável (a)/(b)	706	682	706	682
Total	<u>9.492</u>	<u>9.044</u>	<u>9.728</u>	<u>9.268</u>
Não circulante				
Direito de outorga	2.934	8.645	3.111	9.338
Total	<u>2.934</u>	<u>8.645</u>	<u>3.111</u>	<u>9.338</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável correspondente a 23,5% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2018 está assim representada:

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	4	16

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2018 e de 30 de setembro 2017 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$12.604 (R\$6.505 de parcela fixa e R\$6.099 de parcela variável) e de R\$12.396 (R\$6.348 de parcela fixa e R\$6.048 de parcela variável).

Em 30 de setembro de 2018, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	2.203
2020	731
	<u>2.934</u>

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2018</u>
Cíveis	1.901	986	(777)	(655)	1.454
Trabalhistas	2.360	595	(203)	(193)	2.560
Regulatório	-	37	-	-	37
Total	<u>4.261</u>	<u>1.618</u>	<u>(980)</u>	<u>(848)</u>	<u>4.051</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2017</u>
Cíveis	1.376	1.432	(522)	(462)	1.824
Trabalhistas	1.983	906	(379)	(320)	2.190
Total	<u>3.359</u>	<u>2.338</u>	<u>(901)</u>	<u>(782)</u>	<u>4.014</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.421 em 30 de setembro de 2018 (R\$2.800 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$776 (R\$858 em 31 de dezembro de 2017), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$537

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>Circulante</u> <u>Manutenção em</u> <u>rodovia</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção em</u> <u>rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	28.529	15.113
Adições/Reversões	-	53.403
Utilizações	(72.430)	-
Ajuste a valor presente	-	1.530
Transferências	65.885	(65.885)
Saldo em 30.09.2018	<u>21.984</u>	<u>4.161</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em</u>	<u>Manutenção em</u>
	<u>rodovia</u>	<u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	53.924	32.472
Adições/Reversões	-	18.438
Utilizações	(44.837)	-
Ajuste a valor presente	-	3.498
Transferências	34.740	(34.740)
Saldo em 30.09.2017	<u>43.827</u>	<u>19.668</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$ 75.939 (R\$45.624 em 30 de setembro de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de junho de 2018, a Sociedade autorizou a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$108.674. Deste montante R\$98.674 foi pago em 12 de abril de 2018, e os R\$10.000 remanescente estão registrado na rubrica dividendos a pagar.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de junho de 2018 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$9.035, o qual incide a quantia de R\$1.355, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$7.680.

No período findo em 30 de setembro de 2018 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$12.212, o qual incide a quantia de R\$1.831, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$10.380

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	113.481	319.677	112.649	315.794
Receita de serviços de construção	59.615	122.035	18.573	49.719
Outras receitas	1.869	5.270	1.746	5.497
	<u>174.965</u>	<u>446.982</u>	<u>132.968</u>	<u>371.010</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	174.965	446.982	132.968	371.010
ISSQN	(5.754)	(16.215)	(5.710)	(16.032)
PIS	(770)	(2.170)	(762)	(2.141)
COFINS	(3.551)	(10.012)	(3.515)	(9.881)
Outras deduções	(2)	(9)	-	-
Receita líquida	<u>164.888</u>	<u>418.576</u>	<u>122.981</u>	<u>342.956</u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.044)	(9.145)	(3.299)	(9.316)
Serviços de terceiros	(1.076)	(2.520)	(662)	(1.716)
Manutenção de bens e conservação	(614)	(1.803)	(632)	(1.675)
Consumo	(428)	(1.339)	(430)	(1.165)
Transportes	(181)	(418)	(95)	(322)
Seguros / garantias	-	(6)	(6)	(14)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(203)	(638)	(925)	(1.437)
Comunicação e marketing	(482)	(1.031)	(595)	(1.131)
Indenizações à terceiros	(186)	(102)	(146)	(197)
Publicações legais	(41)	(233)	(39)	(217)
Depreciação / amortização	(139)	(375)	(112)	(307)
Outros	(366)	(1.419)	(203)	(1.115)
Total	(6.760)	(19.029)	(7.144)	(18.612)

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.964)	(15.049)	(4.813)	(13.813)
Serviços de terceiros	(2.060)	(6.076)	(1.948)	(5.803)
Conservação	(3.943)	(8.810)	(2.947)	(9.576)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(348)	(1.130)	(302)	(809)
Consumo	(600)	(1.595)	(490)	(1.380)
Transportes	(913)	(2.825)	(896)	(2.671)
Seguros / garantias	(486)	(1.323)	(443)	(1.314)
Ônus variável	(2.171)	(6.124)	(2.110)	(6.065)
Provisão de manutenção em rodovias	(14.638)	(53.403)	(5.274)	(18.438)
Custos de serviços da construção	(59.615)	(122.035)	(18.573)	(49.719)
Depreciação / amortização	(12.768)	(37.290)	(9.006)	(26.875)
Amortização da outorga	(206)	(619)	(206)	(619)
Outros	(58)	(114)	40	(37)
Total	(102.770)	(256.393)	(46.968)	(137.119)

19. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	8.158	22.183	15.688	52.554
Aplicações financeiras	8.534	13.804	707	5.108
Outras receitas	4.967	4.997	10	40
Total	21.659	40.984	16.405	57.702

	30.09.2018		30.09.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(25.629)	(53.166)	(18.825)	(65.770)
Atualização montária do ônus da concessão	(135)	(1.217)	(226)	(437)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(377)	(1.530)	(1.087)	(3.498)
Outras despesas	(1.933)	(4.424)	(1.583)	(4.737)
Total	(28.074)	(60.337)	(21.721)	(74.442)

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.**20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	43.635	11.613
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	10.380	5.577
Juros capitalizados	1.038	167
Dividendos propostos e não pagos	10.000	-
	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(87.646)	(54.663)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	<u>30.09.2018</u>		<u>30.09.2017</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	33.192	84.857	42.762	114.977
Número de ações durante período (Mil)	<u>4.763</u>	<u>4.763</u>	<u>4.352</u>	<u>4.352</u>
Lucro por ação	<u>6,9687</u>	<u>17,8159</u>	<u>9,8252</u>	<u>26,4176</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

	Nível	30.09.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	513.685	-	83.020	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	24.562	-	21.773
Partes relacionadas	Nível 2	-	423.875	-	333.133
Outros Créditos	Nível 2	-	1.065	-	1.878
Debêntures	Nível 2	-	1.219.404	-	588.558
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	35.566	-	17.393
Partes relacionadas	Nível 2	-	12.195	-	10.013
Dividendos propostos	Nível 2	-	10.000	-	-
Credores pela concessão	Nível 2	-	12.426	-	17.689
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.525	-	2.125
		<u>513.685</u>	<u>1.741.618</u>	<u>83.020</u>	<u>992.562</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados ao IPCA aproximam-se dos seus valores justos em razão do IPCA ser uma taxa inflacionária divulgada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e mantém os saldos contábeis dos empréstimos atualizados e em linha aos valores praticados no mercado.

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(53.856)	(65.363)	(76.711)
Receita de aplicações financeiras	32.690	40.862	49.034
Receita financeira de mútuo (*)	35.702	42.711	49.720
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>14.536</u>	<u>18.210</u>	<u>22.043</u>
IPCA	4,30%	5,38%	6,45%
Juros a incorrer - Debêntures	(43.084)	(47.648)	(52.211)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(43.084)</u>	<u>(47.648)</u>	<u>(52.211)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(28.548)</u>	<u>(29.438)</u>	<u>(30.168)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2018, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$23.505 (R\$20.968 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Debêntures 4ª Emissão - CDI + 1,10% aa	7,60%	54.046	53.776	-	-	-	107.822
Debêntures 4ª Emissã - IPCA + 5,96% aa	10,10%	16.862	315.811	-	-	-	332.673
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 0,47% aa	6,90%	6.483	13.764	206.882	-	-	227.129
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 0,90% aa	7,30%	6.599	14.003	14.003	14.003	205.180	253.788
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 1,35% aa	7,80%	10.383	22.020	22.020	22.020	359.884	436.327
Debêntures 5ª Emissão - IPCA + 6,76%aa	12,00%	6.828	14.012	14.614	15.243	175.159	225.856
Credores pela concessão	4,71%	2.935	8.761	730	-	-	12.426
Fornecedores partes relacionadas	-	12.195	-	-	-	-	12.195
Fornecedores e cauções contratuais	-	31.710	3.856	-	-	-	35.566
Outras contas a pagar	-	2.525	-	-	-	-	2.525
		<u>150.566</u>	<u>446.003</u>	<u>258.249</u>	<u>51.266</u>	<u>740.223</u>	<u>1.646.307</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	Total
Debêntures 4ª Emissão - CDI + 1,10% aa	7,60%	54.046	-	1.883	-	55.929
Debêntures 4ª Emissã - IPCA + 5,96% aa	10,10%	16.862	-	-	-	16.862
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 0,47% aa	6,90%	6.483	-	6.882	-	13.365
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 0,90% aa	7,30%	6.599	-	7.001	-	13.600
Debêntures 5ª Emissão - CDI + 1,35% aa	7,80%	10.383	-	11.010	-	21.393
Debêntures 5ª Emissão - IPCA + 6,76%aa	12,00%	6.828	-	6.932	-	13.760
Credores pela concessão	4,71%	2.935	2.229	2.229	2.191	9.584
Fornecedores partes relacionadas	-	12.195	-	-	-	12.195
Fornecedores e cauções contratuais	-	31.710	3.211	529	116	35.566
Outras contas a pagar	-	2.525	-	-	-	2.525
		<u>150.566</u>	<u>5.440</u>	<u>36.466</u>	<u>2.307</u>	<u>194.779</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas da Rodovias do Interior Paulista S.A.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 24.610
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	175.579

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro

de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2018.

Araras, 13 de novembro de 2018

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Araras, 13 de novembro de 2018

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica